



ID: 109722417

22-02-2024

CARLOS BOTELHO MONIZ PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO EUROPEU

“Europa tem de estar preparada para fazer mais pela Ucrânia”

Se o pacote de ajuda proposto pelo Presidente dos EUA, Joe Biden, for vetado pelos apoiantes de Trump, “os europeus têm de se preparar para dobrar a parada”, diz Carlos Botelho Moniz.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Em ano de efeméride redonda, quatro décadas de existência, a Associação Portuguesa de Direito Europeu (APDE) começou, esta semana, a celebração de mais um aniversário com uma conferência sobre o novo alargamento da União Europeia. Em entrevista ao Negócios, o advogado Carlos Botelho Moniz, presidente da APDE, explica as condicionantes deste processo e fala sobre os desafios que a Europa enfrenta atualmente. Um dos temas centrais da conversa foi a guerra na Ucrânia, um país relativamente ao qual os decisores políticos europeus tomaram consciência de que “necessita urgentemente de ajuda”.

Quais são hoje os grandes desafios da União Europeia, tendo em conta a salvaguarda dos direitos que o Tratado fundador consagra?

Há desafios de vários níveis, de natureza política, naturalmente, como a ascensão de forças populistas em vários Estados-membros. Aí diria, que, em primeiro lugar, a resposta tem de ser dada através do processo democrático.

Como no caso da Polónia?

Há o exemplo recente da Polónia, com a vitória de uma coligação centrista pró-europeia, que conseguiu obter o apoio da maioria dos eleitores e sucedeu ao governo de deriva autoritária populista.

O que é que as instituições europeias podem fazer nas situações em que há atropelos ao Tratado por parte de Estados-membros?

Não cabe à União interferir diretamente com estas questões de ordem política de cada Estado-membro. Embora, como sucedeu nos casos da Polónia e da Hungria, possa existir o recurso aos processos previstos nos tratados, caso se constate que há uma violação de regras fundamentais.

Que tipo de processos?

A UE tem, designadamente, instrumentos de natureza financeira quando ocorrem essas violações do Estado de Direito que ponham em causa a boa execução do orçamento da União e se traduzam em práticas corruptivas que afetem esse mesmo orçamento.

O Direito Europeu permite dar resposta a esse tipo de situações. É isso?

O Direito Europeu tem mecanismos de âmbito financeiro e a atuação do Tribunal de Justiça da União Europeia, que desempenha um papel relevante na afirmação dos princípios do Estado de Direito em vários processos emblemáticos, como os relativos à Polónia, com a aplicação de uma multa diária de um milhão de euros.

É comum ouvir que quem manda é Bruxelas e os seus burocratas. Essa perceção afasta os cidadãos da política europeia?

A Comissão Europeia não tem competências de natureza legislativa. Apresenta propostas e, depois, as medidas concretas no plano legislativo têm de ser aprovadas sempre através de um acordo entre o Parlamento Europeu e o Conselho Europeu, onde estão representados todos os Estados-membros.

A perceção é errada?

Há uma perceção muitas vezes errada de que as decisões são tomadas por uma entidade mítica e abstrata chamada Bruxelas, por meros burocratas que não têm nada a ver com a realidade nacional. Não há nenhuma decisão politicamente relevante e sobretudo relevante no plano legislativo que possa ser adotada pela Comissão.

O alargamento do UE é outro dos desafios atuais. Os países que querem aderir não estarão, ainda, em condições de satisfazer as exigências do Tratado da UE. Como se evita a quebra de expectativas?

Temos de ser realistas em matéria de alargamento. Importa reconhecer que todos os Estados que iniciaram processos de adesão ou estão em vias de o fazer - Ucrânia, Moldávia, Geórgia ou os países dos Balcãs - têm níveis de desenvolvimento muito inferiores não só a média da União Europeia, mas também de Portugal, pelo que um futuro alargamento vai envolver um conjunto de verbas muito significativas.

Como é que se resolve o caso concreto da Ucrânia, um país em guerra?

Desde logo, através da ajuda imediata. Houve uma decisão importantíssima tomada há cerca de duas semanas que foi atribuição de uma ajuda de 50 mil milhões de euros à Ucrânia para os próximos quatro anos. Isto, do orçamento da União da União e sem prejuízo das ajudas bilaterais que depois são canalizadas através dos orçamentos nacionais.

É o reconhecimento de que a situação não está fácil?

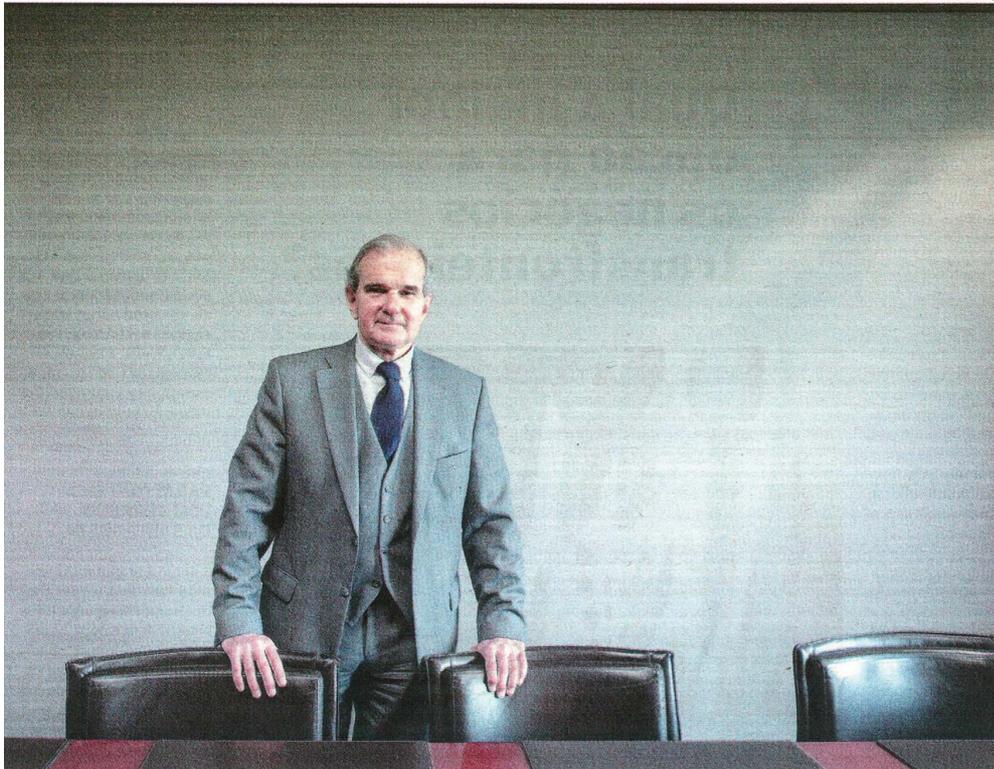
Houve uma tomada de consciência muito grande por parte dos decisores políticos da União Europeia de que a Ucrânia necessita urgentemente de ajuda, mas também de que a Europa tem de estar preparada para pensar que terá de fazer mais.

Por causa da indecisão nos Estados Unidos?

Temos do lado dos Estados Unidos grandes problemas na aprovação de um pacote de ajuda proposto pelo Presidente Biden, que já passou no Senado, mas não na Câmara dos Representantes. Há ali um bloqueio por parte por parte de representantes afetos ao senhor Trump. Estamos a falar de uma ajuda de 60 mil milhões de dó-



Houve uma decisão importantíssima tomada há cerca de duas semanas que foi atribuição de uma ajuda de 50 mil milhões de euros à Ucrânia para os próximos quatro anos.



Bruno Colaco

UMA GUERRA ÀS PORTAS DA UNIÃO

“A questão mais difícil é a seguinte: a União Europeia não está preparada para integrar um país em guerra como a guerra na Ucrânia, porque isso seria trazer a guerra para dentro da União Europeia. Mais cedo ou mais tarde, temos de nos preparar para um possível acordo de entendimento”. A afirmação foi feita por José Manuel Durão Barroso, antigo presidente da Comissão Europeia, numa conferência sobre como tornar bem sucedida a adesão da Ucrânia ao espaço comunitário, organizada anteontem, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, pela Associação Portuguesa de Direito Europeu e pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, em colaboração com a Embaixada da Ucrânia em Portugal. “Há um agressor [Rússia] e um país agredido [Ucrânia] - não é uma situação simétrica e, sendo assim, o que precisamos é de paz. Ainda não chegámos a essa posição, mas isto é muito importante. Caso contrário, estamos a dar a [Vladimir] Putin motivos para prolongar a guerra anos e anos”, disse José Manuel Durão Barroso.

lares (cerca de 55 mil milhões de euros) e se isso for bloqueado, se calhar os europeus têm de se preparar para dobrar a parada.

O que é que mais dificulta a adesão da Ucrânia?

Não parece ser realista e nem será possível integrar o país numa situação de guerra. O arranque do processo de adesão é um incentivo para que também do lado ucraniano se vá avançando com reformas políticas, institucionais e no sistema judicial, cuja independência é preciso assegurar para garantir mecanismos eficazes de controlo de combate à corrupção. Tudo isso vai levar o seu tempo.

Ou seja, a adesão poderá ser demorada.

Basta pensar, por exemplo, que

as negociações para a adesão de Portugal demoraram oito anos. Espera-se que em relação à Ucrânia não seja preciso aguardar uma década, mas não será para seis meses, nem para dois anos.

Um terceiro desafio da UE é o das migrações. Com o artigo n.º 2 do Tratado a defender os Direitos Humanos como algo fundamental, a resposta política tem sido a melhor?

Há um consenso de que as políticas têm de ser baseadas em valores humanistas, de acolhimento. Por outro lado, a Europa não tem uma capacidade ilimitada para a receção de migrantes. É preciso, antes de tudo, dar um grande apoio aos países de origem para que seja possível criar condições de vida mais estáveis e mais seguras, para

que as pessoas não sintam necessidade de deixar os seus países.

E relativamente a Portugal, onde precisamos da mão-de-obra imigrante?

Neste momento devemos ter cerca de um milhão de imigrantes, cerca de 10% da população. Há muitos setores da atividade económica que necessitam dessa imigração. Agora, temos de criar condições para acolher essas pessoas. Temos de combater mecanismos paralelos de exploração e de tráfico. É necessária a integração dos imigrantes nos sistemas fiscal, social e económico do País, para que quem vem para Portugal possa fazê-lo no exercício pleno dos seus deveres, mas também dos seus direitos.

Este é um ano de eleições para

O Parlamento Europeu. Como vê a possibilidade de o hemisfério se tornar mais extremista?

É uma circunstância com a qual provavelmente vamos ter que viver. Essas forças têm ganho peso em vários Estados-membros e as sondagens indicam que terão, provavelmente, um maior peso no Parlamento Europeu.

Como se combate o problema?

Digo mais uma vez que estes problemas se resolvem através do processo democrático. É preciso que os democratas, à direita e à esquerda, apresentem ao povo propostas sérias e estruturadas e que deem a cara pelos valores e pelos princípios subjacentes às nossas sociedades, que são abertas, pluralistas e com capacidade para se defenderem dos extremismos. ■



Temos de combater mecanismos de exploração e de tráfico. É necessária a integração dos imigrantes nos sistemas fiscal, social e económico do País.